

ADVOGADA DA FNP FALA AO TOCHA SOBRE PLANO DE DESINVESTIMENTO DA PETROBRAS

A advogada da FNP (Federação Nacional dos Petroleiros), Raquel Sousa, é a autora de 90% das ações contra o desmonte da Petrobras e, por conta disso, tem sido a grande pedra no sapato dos entreguistas. Com muito conhecimento sobre todas as irregularidades envolvidas nas vendas e tentativas de venda da empresa realizadas até agora, ela chegou inclusive a ser destaque de capa da edição de julho da revista Carta Capital, que abordou o assunto.

Ela conversou com o Tocha sobre o Plano de Desinvestimento da Petrobras, o que já foi feito, o que foi barrado e em que ponto está essa briga nos tribunais. Acompanhe, abaixo, os principais trechos dessa conversa:

TOCHA – Pode explicar até que ponto o Programa de Desinvestimento da Petrobras foi usado para lesar o patrimônio público com fraudes em vários processos de vendas?

RAQUEL SOUSA - O que posso dizer é que todas as vendas realizadas por meio desse programa de desinvestimento foram extremamente lesivas ao patrimônio da Petrobras, portanto ao patrimônio do país e aos interesses sociais também.

Acho que um dos exemplos mais gritantes é o caso da NTS (Nova Transportadora do Sudeste). A NTS foi vendida pelo valor de cinco anos do seu lucro líquido pra um Fundo de Investimentos que agora detém todo o poder, o monopólio de transporte de gás do pré-sal. Essa malha de dutos é a que vai fazer todo o transporte de gás produzido no pré-sal.

Bom, isso significa que a Petrobras ficou dependente dessa empresa. Por isso, inclusive, que ela efetuou um contrato de aluguel desses dutos, pelos quais, inclusive, em 18 meses, ela vai pagar de volta para essa empresa, pra Brookfield, todo o valor que recebeu pela NTS. Então, mais lesivo que isso, é difícil de se demonstrar. Pra se ter uma noção, no segundo trimestre de 2017, a Petrobras lançou um balanço dizendo que 1/6 do valor recebido pela venda da NTS já tinha sido paga, em apenas 3 meses, com o valor dos aluguéis dos dutos.

Então, eu acho que esse é o exemplo clássico da lesão ao patrimônio que esse programa de desinvestimento tem causado ao patrimônio da empresa.

Outro caso, também gritante, é o caso da venda dos campos de Lapa e Lara pra Total. Primeiro, porque a Total é uma empresa que não poderia sequer concorrer em alguma licitação do Sistema Petrobras pelas próprias regras impostas pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Afinal, essa empresa já sofreu medidas restritivas nos Estados Unidos, firmou inclusive um acordo de leniência, pelo qual pagou US\$ 295 milhões por causa de corrupção para comprar campos de petróleo. Essa mesma empresa, que também foi condenada na Itália e na França, também por corrupção na área de petróleo, ela tá levando dois valiosíssimos campos do pré-sal por um valor menor que 3% do quantitativo de óleo existente naqueles campos.

E, para arrematar esses exemplos, o Complexo Petroquímico de Suape, onde a Petrobras gastou R\$ 9 bilhões para construir e vendeu por R\$ 1,5 bilhão, na hora que a empresa começa a dar lucro.

Então, é fácil concluir que esse Plano de Desinvestimento, até agora, não trouxe nenhum benefício pra Petrobras. Só trouxe prejuízo.

TOCHA - E qual foi o papel das instituições, como ANP e TCU, na fiscalização da Lei de Desestatização, vendas sem licitação, nem leilão, por valores depreciados etc.?

RAQUEL - O TCU (Tribunal de Contas da União) não cumpriu o seu papel de garantir a observância da lei pela Petrobras na venda dos ativos. Por que eu digo isso? Porque quando o TCU analisou a sistemática de

desinvestimentos da Petrobras, ele apontou diversas irregularidades por não observar o princípio da publicidade, o princípio da eficiência e o princípio da impessoalidade. O TCU ainda apontou que, por conta desses problemas encontrados, havia dúvidas se as vendas que haviam sido realizadas com base nessa sistemática teriam sido vantajosas para a Petrobras. Por conta disso, o TCU inclusive determinou que a Petrobras paralisasse todas aquelas vendas e reiniciasse o procedimento. Mas, simplesmente, com as vendas que já tinham ocorrido, o TCU nada fez. Lavou as mãos.

Eu costumo dizer que se tratou da maior lavagem de mãos da história desde Pôncio Pilatos. Por quê? Porque o TCU disse que o procedimento era irregular, mas não aconselhou o cancelamento das vendas. Essa posição equivale a dizer: "Ah, como o ladrão já arrombou o cofre, deixa fugir com o dinheiro".

Nós achamos que isso não é o papel de um órgão fiscalizador. Porque ilegalidade se combate com o reestabelecimento da lei e não simplesmente fechando os olhos para tudo o que aconteceu no passado sob o argumento de que a Petrobras precisa de dinheiro porque ela está quebrada, o que, aliás, é uma mentira. E nós sabemos! E pior: além de não ter determinado o cancelamento das vendas, o TCU, mais uma vez, não determina que a Petrobras siga a lei. Ele faz ao contrário: ele cria, junto com a Petrobras, uma nova sistemática. Ou seja, fez um 'acordão' para criar uma norma específica para a Petrobras vender ativos, o que é manifestamente inconstitucional. E isso ficou muito claro pela decisão do ministro (Ricardo) Lewandowski, que diz que no caso, por exemplo, da venda da NTS, da Petroquímica Suape e no caso da Termo Bahia, deveria ter sido observado a lei específica de desestatização para fazer a venda desses ativos. E o TCU não determinou isso porque o próprio TCU disse que a Petrobras não precisava seguir essa lei, que é o que tá no voto do TCU. Então, o TCU falhou totalmente no seu papel de órgão fiscalizador.

Quanto à ANP, é a mesma situação. A ANP, infelizmente, hoje tem servido apenas pra abaixar a cabeça e dizer sim a tudo que a Petrobras tem feito. E esse é o motivo inclusive pelo qual nós temos colocado a ANP como ré em todas as ações populares que a gente move.

TOCHA – E como as ações populares movidas na Justiça afetaram a sistemática de privatização da Petrobras?

RAQUEL - As ações populares foram e continuam sendo a grande pedra no caminho dos planos do governo Temer, do Pedro Parente e, agora, do Ivan Monteiro. Por meio dessas ações nós conseguimos barrar mais de 60% das vendas que eles pretendiam realizar. Dentre essas a gente coloca aí a BR Distribuidora, a TAG, e os campos de Baúna e Tartaruga Verde. E isso causou um atraso cronológico imenso nos objetivos do plano que era que em janeiro de 2017 já se tivesse liquidado praticamente todos os ativos postos à venda, o que não ocorreu. Estamos agora em julho de 2018 e a Petrobras continua com dificuldade de tocar o seu plano de desinvestimento, inclusive tendo o atual presidente Ivan Monteiro declarado no Globo News, recentemente, que a Petrobras não conseguiria cumprir sua meta do plano de desinvestimento. Isso tem a ver com as nossas ações populares e tem a ver também agora com a decisão do ministro Lewandowski, que determinou a suspensão das vendas, da alienação do controle acionário da sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas. Com base nisso, a Petrobras inclusive lançou um fato relevante determinando a suspensão dos procedimentos de venda por exemplo das refinarias. Então, nesse sentido, nossas ações serviram para barrar, segurar a sanha assassina de liquidar o patrimônio da Petrobras a toque de caixa do governo Temer e dos seus lacaios.

TOCHA – Podemos esperar mais algum desdobramento positivo a partir da decisão do ministro Lewandowski?

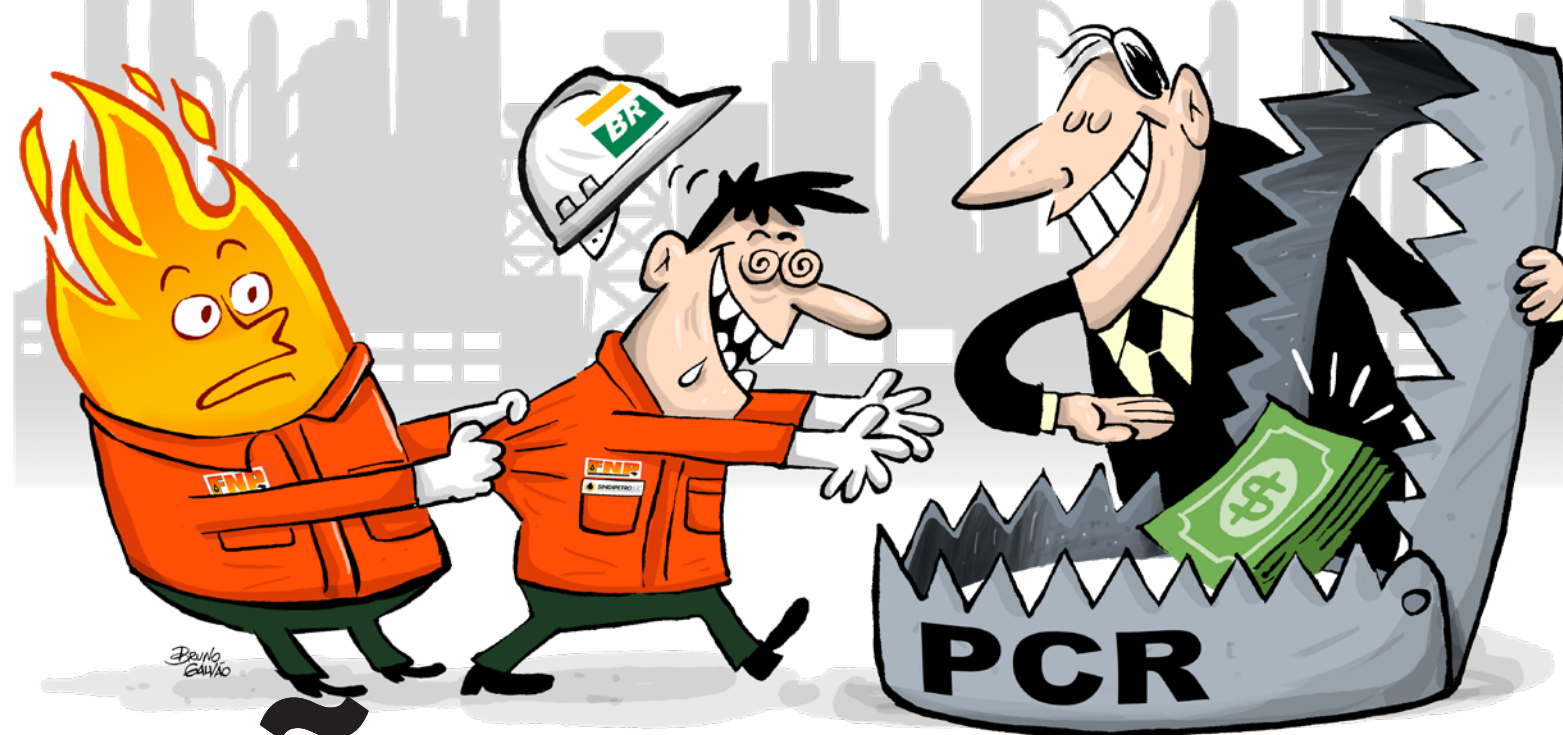
RAQUEL - A decisão do ministro Lewandowski já teve o efeito, como eu disse anteriormente, de determinar a suspensão de todas as vendas e alienações de controle acionário das subsidiárias e controladas, que estão em curso. Mas acredito que ela tem um efeito muito maior. Ela tem o efeito de mostrar a inconstitucionalidade da venda por exemplo, da NTS, da Termo Bahia e da Petroquímica Suape. Nós, inclusive já entramos com o pedido cautelar pra sejam suspensas as decisões que, na época, cassaram as liminares que impediam a venda dessas três empresas. Queremos, com isso, cancelar essas vendas. Por quê? Foram feitas ao arripio do que determina a Constituição Federal. Então, essa decisão do ministro Lewandowski tem um efeito, do nosso ponto de vista, imediato. Não só para os processos de venda que estão em curso, mas também para as ações judiciais, para as vendas que estão hoje sub judice e que foram realizadas de forma precária com base em decisões que cassaram as liminares que impediam a venda, que foi o caso dessas três empresas que eu citei.



TOCHA



PCR É ARMADILHA



NÃO ASSINE!

Leia mais na Pág. 3

- VEJA OS PRINCIPAIS PONTOS DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DE ACOMPANHAMENTO DO ACT Pág. 2
- PALESTRA SOBRE CUIDADOS AUDITIVOS NO SINDIPETRO Pág. 2
- NÃO ESTÁ RECEBENDO OS INFORMES DA CATEGORIA? VEJA O QUE FAZER Pág. 2
- CONFIRA A ENTREVISTA QUE A ADVOGADA DA FNP, RAQUEL SOUSA, CONCEDEU AO TOCHA Pág. 4

COMISSÕES PERMANENTES DE ACOMPANHAMENTO DO ACT

Em meio à tentativa de implementar a reforma trabalhista no Sistema Petrobras, vulgo PCR, a FNP e seus sindicatos se reuniram com a empresa em mais uma rodada das comissões permanentes de acompanhamento do Acordo Coletivo da categoria. Segue resumo abaixo:

- Mais uma vez deixamos claro que no nosso ACT não existe banco de horas. Exigimos que a REVAP não pratique compensação sem prévia negociação, como vem acontecendo;

- O transporte dos trabalhadores foi outra vez uma das pautas mais cobradas. Melhora nos atuais ônibus e trajetos, além da isonomia da extensão para os trabalhadores do HA;

- A empresa informou que o contrato de alimentação está em fase de licitação e que o novo contrato passa a valer a partir do dia 4 de agosto. Ressaltamos que a cláusula 72 do ACT que fala sobre o programa de alimentação saudável precisa ser levada em conta na hora de definir os parâmetros para a contratação! Esperamos que a empresa não repita o erro e que passe a fornecer alimentação de qualidade para todos, próprios e terceirizados!

- Cobramos a efetividade da Cláusula 99 do ACT que fala sobre o processo de contratação de prestadoras de serviço para o sistema Petrobras e a responsabilidade da empresa. A diminuição de salários e do efetivo das contratadas tem trazido uma ambiência de terror e insegurança dentro da refinaria. Na REVAP, tivemos dois recentes acidentes em que os trabalhadores estavam convivendo sob o risco de desemprego!

- Reconhecimento dos brigadistas: cobramos, mais uma vez, o retorno da valorização dos brigadistas da companhia. A empresa informou que esse ano haverá a realização do "jantar dos brigadistas" e que o Programa de Condicionamento Físico está mantido e aberto para todos. Enviamos documento para o RH da REVAP cobrando posição sobre o ponto mas até o momento não obtivemos resposta.

- Punição de ex-dirigente sindical: Como o RH da REVAP não respondeu e não forneceu o processo administrativo que decidiu por solicitar punição a um ex-dirigente da entidade que nem labora mais na refinaria, solicitamos ao RH corporativo acesso ao documento. Fomos informados de que estão se informado sobre o caso. Não aceitaremos esse tipo de intimidação! Basta de autoritarismo!

- Diagrama de Bradley e cultura de segurança: deixamos claro na mesa de SMS que o mau exemplo quanto à questão da segurança muitas vezes vem da própria liderança, como recentemente aconteceu na parada da Tocha. A redução do efetivo, a diminuição do orçamento (e do tempo) para paradas programadas de manutenção, o aumento do tempo dos trabalhadores no trânsito (e consequente aumento da fadiga), o excesso de horas extras e o assédio diário aos trabalhadores são fatores estruturais que interferem mais na segurança do que a questão comportamental, que hoje é o principal foco da política de segurança da companhia.

- Processo de RMNR: deixamos claro que quando a empresa se nega a negociar com todos os sindicatos, a única maneira de buscar o restabelecimento da verdade é pela via judicial. A mesma coisa serve para o pagamento da PLR 2017, no qual a empresa se negou a atender o pleito dos trabalhadores (e queria garantir o pagamento correto apenas para as funções gratificadas). Nós alertamos, porém, não nos cabe tomar a decisão. Nossa responsabilidade é com o direito dos trabalhadores e trabalhadoras!

CUIDADOS AUDITIVOS

A fonoaudióloga Angeli Garcia, especializada em cuidados auditivos, vai ministrar uma palestra no Sindipetro-SJC no próximo dia 15 de agosto (quarta-feira), a partir das 15h.

O objetivo é esclarecer, dar dicas e tirar dúvidas sobre saúde auditiva, além de abordar os cuidados que devem ser tomados para a prevenção de problemas e quais as soluções disponíveis no mercado para perdas auditivas.

A participação é gratuita e aberta a todos os interessados no assunto. Se inscreva na secretaria ou com os diretores do Sindicato. Participe!

RECEBA OS INFORMES

Se você não está recebendo os informes e/ou comunicados do Sindipetro/SJC, atenção:

- Inclua o email da imprensa do Sindicato (imprensa@sindipetro.org.br) na sua lista de remetentes confiáveis. Afinal, endereços de e-mail e nomes de domínio que estão na lista de remetentes confiáveis nunca são tratados como lixo eletrônico. Isso garante que você sempre receberá as mensagens em sua caixa de entrada.

- Participe dos grupos de WhatsApp do Sindicato. Se quiser ser incluído em um dos grupos, mande uma mensagem para (12) 98801-6083 solicitando inclusão.

Siga também o Sindicato no Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e visite nosso site (www.sindipetrosjc.org.br).

PLENARIA SOBRE PPSP-1

No próximo dia 07 de agosto (terça-feira) acontece, na ABL (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro, a partir das 13h, a Plenária Nacional que vai discutir uma saída para o PPSP-1 da Petros. O evento está sendo promovido pela Aepet, FNP e seus sindicatos filiados.

O Sindipetro-SJC estará lá. Para os petroleiros e petroleiras que quiserem participar, basta se inscrever na secretaria do Sindicato até o próximo dia 3 de agosto. Participe!

PCR É UM CHEQUE EM BRANCO PARA A DIREÇÃO DA EMPRESA

O modelo de novo Plano de Carreiras e Remuneração apresentado pela Petrobras foi criado dentro de um contexto em que a empresa procura reduzir o efetivo por meio da ampliação da terceirização e a estagnação das carreiras com a extinção do aumento por antiguidade, além da possibilidade de pavimentar o caminho para aplicação da demissão por "baixa produtividade". Também se destaca a sinalização do aumento da remuneração variável, com a adoção de abonos individuais em detrimento da negociação coletiva da categoria. Nessa equação, a empresa se fortalece e a nossa coletividade sai enfraquecida.

A empresa armou uma verdadeira blitzkrieg para empurrar o PCR goela abaixo com pouca informação e nenhuma negociação, um abono pecuniário prontamente disponível e um prazo de adesão exíguo e aberto antes mesmo da apresentação do plano para seus empregados.

A proposta do PCR de acabar com os cargos especializados e adoção de dois cargos amplos, um para ensino médio e outro para ensino superior, atenta contra a Constituição Federal e

pode ser um caminho para barrarmos a sua implantação. Mas apenas a luta e a unidade da categoria é o que podem garantir que a Petrobras não concretize mais esse ataque.

A Petrobras já vinha reduzindo seu efetivo, por meio dos Programas de Demissão Voluntárias, agora o PCR vem no sentido de ser uma alavanca para a empresa congelar a progressão na carreira e enxugar seu quadro de pessoal próprio, em sintonia com os planos de desinvestimentos.

O novo plano é uma tendência do mundo corporativo na gestão de pessoas, que busca analisar além das habilidades e conhecimentos, as atitudes e o perfil comportamental do trabalhador. É o conceito de gestão de competências, que está exposto na apresentação que a empresa fez para a força de trabalho. Dependendo de como for aplicado, pode resultar no aumento do assédio por resultados e para cercar o direito de participação nas lutas da categoria com a pressão para o atingimento das metas. O plano é muito bom para o patrão e muito ruim para os trabalhadores.

Confira os pontos negativos do PCR:

CONGELAMENTO DAS CARREIRAS

Você troca o atual aumento de um nível por antiguidade a cada 24 meses, por um nível a cada 60 meses, além de extinguir o aumento por mérito em 18 meses para aqueles que bateram as metas e atenderam os critérios de elegibilidade, mas não foram contemplados na verba de aumento por mérito (12 meses). O atual aumento por antiguidade foi conseguido com muita luta e mobilização e só a unidade da categoria poderá mantê-lo.

DESCARACTERIZAÇÃO COMPLETA DOS CARGOS

A empresa levou ao extremo o conceito de "cargos amplos" com a falácia de possibilitar a mobilidade dentro da carreira e prevê apenas dois cargos no PCR. Além da insegurança jurídica, nada garante que a Petrobras irá respeitar a jornada de trabalho dos cargos (Assistente Social que tem direito a 30h, por exemplo) e a medida também legitima o desvio de função. A multifuncionalidade passa a ser regra.

A CARREIRA FICA NA MÃO DA EMPRESA E SEUS GERENTES

Não existe previsão no PCR de um instrumento para que os trabalhadores possam interferir no processo de gestão de suas carreiras. A mudança de ênfase não prevê participação do Sindicato no processo e o trabalhador passa a negociar diretamente com os gerentes. É fria!

ASSÉDIO E POUCA TRANSPARÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO

Vazou na imprensa que a Petrobras espera gastar R\$ 1,4 bilhão de reais com a implantação do PCR, mas recuperar esse valor em até quatro anos. A empresa não confirma a informação, mas mesmo que não seja o valor exato, a notícia vai no sentido correto de que o PCR foi criado para diminuir o gasto com pessoal. Com isso, além do congelamento das carreiras, o número de trabalhadores próprios em regime especial (turno, embarque etc.) também deve cair para possibilitar a recuperação desse abono pecuniário que está sendo oferecido para quem aceita a migração para o PCR.

DEMISSÃO POR BAIXA PRODUTIVIDADE

Existe a possibilidade da implantação da demissão por baixa produtividade no processo de avaliação da gestão de competências do PCR. Fazendo o acordo individual com a empresa, você aceita se submeter ao novo ANPR e está sujeito ao desligamento da empresa, caso seu gerente avalie que você não tenha atingido as metas "negociadas".

Precisamos exigir que a empresa suspenda a implantação do novo plano de cargos e abra um processo de negociação coletiva com os trabalhadores. Alijar os Sindicatos é uma tentativa de enfraquecer a categoria, privilegiar acordos individuais em detrimento dos acordos coletivos e preparar a

Petrobras para um processo de enxugamento do efetivo com a ampliação da terceirização e o avanço da privatização.

O PCR é armadilha! Não assine e vamos juntos lutar contra a privatização da Petrobras!